

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v15i26.662>

***ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS EM PERSPECTIVA  
EXTENSIONISTA<sup>1</sup>***

***AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN STUDIES IN UNIVERSITY EXTENSION  
PERSPECTIVE***

***ESTUDOS AFRICANOS Y AFROBRASILEÑOS EN PERSPECTIVA DE EXTENSIÓN  
UNIVERSITARIA***

ANTONIO EVALDO ALMEIDA BARROS  
Doutor. Departamento de História e Geografia  
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)  
São Luís, Brasil  
[antonioevaldoab@gmail.com](mailto:antonioevaldoab@gmail.com)

VIVIANE DE OLIVEIRA BARBOSA  
Doutora. Departamento de História e Geografia  
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)  
São Luís, Brasil  
[viviolib@yaho.com.br](mailto:viviolib@yaho.com.br)

**Resumo:** O presente estudo enfoca um conjunto de programas e projetos de extensão universitária voltados para o campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, particularmente, do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileiras, e para o âmbito da Educação para as Relações Étnico-Raciais, executados entre 2010 e 2018, no Estado do Maranhão, em parceria com secretarias de governos municipais e estadual, e organizações da sociedade civil. Como se tem amplamente reconhecido, a instituição universitária tem sido mais inclinada a discursos e ideias do que a práticas, muito menos práticas de transformação social. A extensão, que ao lado da pesquisa e do ensino, constitui um dos pilares da universidade, tem a vocação prioritária de promover a interação entre a universidade e a sociedade. No Brasil, um momento histórico de particular apoio à extensão universitária deu-se entre 2009 e 2016 por meio do Programa Nacional de Extensão Universitária (PROEXT), do Governo Federal. As ações aqui analisadas buscaram promover, sobretudo a partir de uma perspectiva humanista, a igualdade racial, e foram desenvolvidas considerando a relevância da história e das sociedades africanas para a formação do mundo contemporâneo e da humanidade, e as sinergias históricas existentes entre África e Brasil, enquanto territórios complexos e mutuamente interligados. As ações fundamentaram-se na possibilidade de construção de uma democratização epistemológica e buscaram alertar para o fato de que o silêncio e a omissão comumente sustentam o preconceito e a discriminação na escola, bem como promover a história e a cultura africana e afro-brasileira, antes de tudo, como exemplos de experiências de homens e mulheres no tempo.

**Palavras-chave:** Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Extensão Universitária. Ensino de História. Maranhão/Brasil (2010-2018).

**Abstract:** The present study focuses on a set of university extension programs and projects focused on the field of African and Afro-Brazilian Studies, particularly the Teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture, and on the field of Education for Ethnic-Racial Relations, executed between 2010 and 2018, in the State of Maranhão, Brazil, in partnership with municipal and state governmental secretariats, and civil society organizations. As it is known, the university institution has

---

<sup>1</sup> Estudo de caso submetido à avaliação em junho de 2018 e aprovado para publicação em novembro de 2018.

been more inclined to discourses and ideas than to practices, much less practices of social transformation. The extension, which along with research and teaching is one of the pillars of the university, has the priority vocation to promote the interaction between the university and society. In Brazil, the historical moment of greater support for university extension occurred between 2009 and 2016 through the National Extension Program (PROEXT), during the governments of the Workers' Party (2003-2016). The actions analyzed here sought to promote, especially from a humanist perspective, racial equality, and were developed considering the relevance of African history and societies for the formation of the contemporary world and humanity, and the historical synergies between Africa and Brazil, as complex and mutually interconnected territories. The projects and programs were based on the possibility of building an epistemological democratization and sought to alert to the fact that silence and omission commonly support prejudice and discrimination in schools, as well as promoting African and Afro-Brazilian history and culture, before everything, as examples of experiences of men and women in time.

**Keywords:** African and Afro-Brazilian Studies. University Extension. History Teaching. Maranhão/Brazil (2010-2018).

**Resumen:** El presente estudio enfoca un conjunto de programas y proyectos de extensión universitaria orientados al campo de los Estudios Africanos y Afrobrasileños, particularmente, de la Enseñanza de Historia y Cultura Africana y Afrobrasileñas, y para el ámbito de la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales, ejecutados entre 2010 y 2018, en el Estado de Maranhão, en asociación con secretarías de gobiernos municipales y estatal, y organizaciones de la sociedad civil. Como se ha ampliamente reconocido, la institución universitaria ha sido más inclinada a discursos e ideas que a prácticas, mucho menos prácticas de transformación social. La extensión, que junto a la investigación y la enseñanza, constituye uno de los pilares de la universidad, tiene la vocación prioritaria de promover la interacción entre la universidad y la sociedad. En Brasil, el momento histórico de mayor apoyo a la extensión universitaria se dio entre 2009 y 2016 por medio del Programa Nacional de Extensión Universitaria (PROEXT), durante los gobiernos del Partido de los Trabajadores (2003-2016). Las acciones aquí analizadas buscaron promover, sobre todo a partir de una perspectiva humanista, la igualdad racial, y se desarrollaron considerando la relevancia de la historia y de las sociedades africanas para la formación del mundo contemporáneo y de la humanidad, y las sinergias históricas existentes entre África y Brasil como territorios complejos y mutuamente interconectados. Las acciones se fundamentaron en la posibilidad de construcción de una democratización epistemológica y buscaron alertar para el hecho de que el silencio y la omisión comúnmente sustentan el prejuicio y la discriminación en la escuela, así como promover la historia y la cultura africana y afrobrasileña, antes de todo, como ejemplos de experiencias de hombres y mujeres en el tiempo.

**Palabras clave:** Estudios africanos y afrobrasileños. Extensión Universitaria. Enseñanza de Historia. Maranhão / Brasil (2010-2018)

## Introdução

Apesar de a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nos currículos das instituições de ensino básico, ter sido implementada desde 2003 (sendo alterada pela Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira e também Indígena na rede de Ensino Básico), muitos professores, escolas, municípios e estados brasileiros continuam com dificuldades ou simplesmente não tem agido no sentido de realizar o que ela determina.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Entre Áfricas e "Brasis": construindo os estudos africanos e afro-brasileiros desde Bacabal/MA. Projeto de Extensão desenvolvido na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) entre 2010 e 2011. São Luís: UFMA, 2010. p. 34.*

Foi com essa justificativa que, em 2010, iniciou-se, a partir da Universidade Federal e da Universidade Estadual do Maranhão, a primeira de um conjunto de ações de extensão com foco na formação de professores e estudantes da Educação Básica no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Esse projeto inicial, nos anos seguintes, desdobrar-se-ia em uma dezena de ações (entre projetos e programas) extensionistas, conectar-se-ia a projetos e grupos de pesquisa e ensino, a programas de pós-graduação *stricto sensu* e, sobretudo, possibilitaria, através da oferta de cursos de curta duração, oficinas, seminários e cursos de aperfeiçoamento, a formação continuada de aproximadamente 1.000 profissionais e 1.200 estudantes da Educação Básica no Estado do Maranhão, nos municípios de São Luís (localizado na região metropolitana de São Luís), Bacabal (Médio Mearim maranhense), Codó (Região dos Cocais) e Pinheiro (Baixada Maranhense).

Importante lembrar que, embora a partir de 2016, as novas resoluções educacionais aprovadas no contexto da recente conjuntura política brasileira (após 13 anos de governos do Partido dos Trabalhadores, encerrados, em agosto de 2016, com o Golpe/Impeachment que depôs a presidente Dilma Rousseff, tendo assumido a presidência da república, Michel Temer) tenham relativizado a Lei 10.639/03, esse cenário em nada muda a necessidade de que devem ser mantidas ações que visem contribuir para a efetivação dos termos dessa lei. Especialmente em um estado, como o Maranhão, cuja população é predominantemente negra (preta e parda), faz-se mister dar continuidade a ações que visem à promoção da diversidade nos espaços acadêmicos e escolares e que enfoquem as histórias, sociedades e culturas de África, bem como os movimentos sociais e históricos que conectam África ao Brasil e, mais especificamente, ao Maranhão, a fim de valorizar e levar a conhecimento aspectos históricos comumente obliterados em nossa sociedade, mesmo nas instituições formais de ensino. Sem dúvida, há uma carência nacional de professores para atender à educação básica, particularmente a da rede pública. Além disso, um dos problemas comuns do país é a formação de professores, especialmente no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros aqui em questão.

Nessa perspectiva, o presente estudo enfoca um conjunto de dez ações (projetos e programas) de extensão,<sup>3</sup> e parte de análise documental (especialmente, os projetos

---

<sup>3</sup> A extensão, comumente, engloba três tipos de ações: projetos, programas e eventos. Muitas vezes, projetos e programas preveem eventos, mas a modalidade evento, em várias instituições universitárias, pode se apresentar como ação independente. No caso das ações em análise, eventos e similares são previstos no escopo dos projetos e programas, cuja definição aqui aceita é aquela do Programa Nacional de Extensão: “Entende-se como Projeto de Extensão o conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Entende-se como Programa de Extensão o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino.

originalmente propostos e seus respectivos relatórios de execução) e de observação participante levada a cabo durante a realização das atividades dessas ações entre 2010 e 2018. Pretende-se, assim, descrever e refletir sobre essa experiência extensionista, destacando algumas possibilidades e perspectivas de formação docente e discente no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e, em particular, do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileiras, e ainda da Educação para as Relações Étnico-Raciais.<sup>4</sup>

---

Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo por alunos orientados por um ou mais professores da instituição”. Ver: PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MEC/SESU. *Edital 2015*. Brasília: PROEXT, 2015. p. 2. Apesar disso, muitas vezes, na efetiva execução, alguns projetos acabam se consubstanciando como programas, se se consideram essas definições prévias.

<sup>4</sup> BARROS, op. cit., 2010; BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Relatório de execução do Projeto de Extensão “Entre Áfricas e ‘Brasis’: construindo os estudos africanos e afro-brasileiros desde Bacabal/MA”*, desenvolvido na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) entre 2010 e 2011. São Luís: UFMA, 2011; BARROS, Antonio Evaldo Almeida; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SANTOS, Ceália Cristine dos. *Afros e étnicos em cena: promovendo a igualdade racial*. Projeto de Extensão desenvolvido entre 2012 e 2013 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). São Luís: FAPEMA/UFMA, 2011; BARROS, Antonio Evaldo Almeida; BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Relatório do Projeto de Extensão “Afros e Étnicos em Cena: Promovendo a Igualdade Racial”*, desenvolvido entre 2012 e 2013 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). São Luís: FAPEMA/UFMA, 2013; BARROS, Antonio Evaldo Almeida et. al. *Afros e étnicos em cena: promovendo a igualdade racial a partir de Bacabal/MA*. Projeto de Extensão desenvolvido em 2012 com apoio do Programa Nacional de Extensão/Ministério da Educação/Governo Federal. Brasília: PROEXT/MEC; São Luís: UFMA, 2011; BARROS, Antonio Evaldo Almeida; BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Relatório de Projeto de Extensão “Afros e étnicos em cena: promovendo a igualdade racial a partir de Bacabal/MA”* desenvolvido em 2012 com apoio do Programa Nacional de Extensão/Ministério da Educação/Governo Federal. Brasília: PROEXT/MEC; São Luís: UFMA, 2012; BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *EnsinÁfrica: promovendo os estudos africanos*. Projeto de Extensão desenvolvido entre 2013 e 2014 na Universidade Federal do Maranhão. São Luís: PROEX-UFMA, 2013; BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Relatório do Projeto de Extensão “EnsinÁfrica: promovendo os estudos africanos”*, desenvolvido entre 2013 e 2014 na Universidade Federal do Maranhão. São Luís: PROEX-UFMA, 2014a; BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Afros & étnicos em cena: formação no âmbito dos estudos étnicos e africanos*. Projeto de Extensão desenvolvido entre 2014 e 2015 na Universidade Federal do Maranhão. São Luís: PROEX-UFMA, 2014b; BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Relatório do Projeto de Extensão Afros & étnicos em cena: formação no âmbito dos estudos étnicos e africanos*, desenvolvido entre 2014 e 2015 na Universidade Federal do Maranhão. São Luís: PROEX-UFMA, 2015; BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Educação e cidadania no sul global: construindo uma extensão político-educacional entre Brasil e África*. Programa de Extensão desenvolvido entre 2015 e 2016 no âmbito do Programa Nacional de Extensão, Ministério da Educação, Governo Federal. Brasília: PROEXT/MEC; São Luís: UFMA, 2014c; BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Relatório do Programa de Extensão “Educação e cidadania no sul global: construindo uma extensão político-educacional entre Brasil e África”*, desenvolvido entre 2015 e 2016 no âmbito do Programa Nacional de Extensão, Ministério da Educação, Governo Federal. Brasília: PROEXT/MEC; São Luís: UFMA, 2017; BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al. *Afros e étnicos em cena: promovendo a igualdade racial*. Projeto de Extensão desenvolvido entre 2016 e 2017 com apoio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Cidadania/Governo Federal. Brasília, DF: MJC; São Luís: UFMA, 2015; BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al. *Relatório do Projeto de Extensão “Afros e étnicos em cena: promovendo a igualdade racial”*, desenvolvido entre 2016 e 2017 com apoio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Cidadania/Governo Federal. Brasília, DF: MJC; São Luís: UFMA, 2018; BARROS, Antonio Evaldo Almeida; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SILVA, Tatiana Raquel Reis. *Educação e cidadania no sul global: construindo uma extensão político-educacional entre Brasil e África*. Projeto de Extensão desenvolvido entre 2015 e 2016 na Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2015; BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Relatório do Projeto de Extensão “Educação e cidadania no sul global: construindo uma extensão político-educacional entre Brasil e África”*, desenvolvido entre 2015 e 2016 na Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2016; BARROS,

### **Entre a universidade, a sociedade e a educação: afros e África na arena extensionista**

Nos anos 1990, António Nóvoa fazia um diagnóstico, ainda bastante atual, da universidade que, entre suas diversas qualificações, é entendida pela dinâmica da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para o professor português, a instituição universitária estaria marcada por “excesso de discursos” e “pobreza das práticas”.<sup>5</sup> Nesse sentido, a extensão, frequentemente menosprezada na carreira universitária (que, no contexto atual, prioriza, sobretudo, a pesquisa ou, mais precisamente, determinadas formas de pesquisa), cumpriria um papel fundamental.

A Extensão Universitária pode ser caracterizada nos seguintes termos:

Conjunto de práticas estruturantes da academia e da pedagogia institucional que, associada ao ensino e a pesquisa, promove a interação dialógica entre a instituição de ensino e outros setores da sociedade, com o objetivo de transformar seus alunos (em cidadãos ancorados na responsabilidade social, na solidariedade, na justiça, na democracia, no respeito aos direitos humanos; em profissionais criativos e inovadores, capazes de conjugar olhares interdisciplinares, de trabalhar em equipe e de atuar ativamente em uma realidade sociocultural heterogênea, complexa e sujeita a frequentes mutações), de superar os problemas sociais e de rever continuamente todas as práticas institucionais.<sup>6</sup>

O momento histórico de maior apoio à extensão universitária no Brasil deu-se entre 2009 e 2016. Trata-se do período no qual o Governo Federal apoiou propostas de desenvolvimento de projetos e programas de extensão através do Programa de Extensão Universitária (PROEXT-MEC/SESU).<sup>7</sup> Sob a coordenação do Ministério da Educação, o programa, a cada ano, envolvia mais ministérios, secretarias e órgãos do governo federal, como o Ministério da Integração Nacional, Ministério da Justiça, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Instituto do Patrimônio Artístico

---

Antonio Evaldo Almeida; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SILVA, Tatiana Raquel Reis. *Educação e cidadania no sul global: construindo uma extensão político-educacional entre Brasil e África*. Projeto de Extensão desenvolvido entre 2017 e 2018 na Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2017.

<sup>5</sup> NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, 1999.

<sup>6</sup> LAMY, Marcelo. Uma nova definição de extensão universitária. In: RODRIGUES, Horácio Wanderley; MEZZAROBBA, Orides; MOTTA, Ivan Dias da (Org.). *Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos*. Florianópolis: FUNJAB, 2013. v. 1, p. 490.

<sup>7</sup> Uma simples consulta ao portal oficial do PROEXT é suficiente para observar que o funcionamento do programa deu-se a partir de 2009 e constatar que o último edital data de 2016. Ver [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891)

Nacional, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria-Geral da Presidência da República e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O PROEXT definia extensão como “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediados por alunos de graduação orientados por um ou mais professores, dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa”<sup>8</sup>. As instituições federais, estaduais e municipais de Ensino Superior eram convocadas a apresentar propostas de desenvolvimento de programas e projetos no âmbito da extensão universitária em várias linhas temáticas: Educação, Cultura e Arte, Pesca e Agricultura, Promoção da Saúde, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural, Estágios Interdisciplinares, Redução das Desigualdades Sociais e Combate à Extrema Pobreza, Geração de Trabalho e Renda por meio do Apoio e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários, Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, Direitos Humanos, Promoção da Igualdade Racial, Mulheres e Relações de Gênero, Esporte e Lazer, Comunicação, Desenvolvimento Regional: Inclusão Produtiva, Defesa Civil e Acesso à Água, Justiça e Direito do Indivíduo Privado de Liberdade, Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social, Meio Ambiente e Recursos Naturais, Relação entre Estado e Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude.<sup>9</sup>

Os projetos e programas de extensão com foco nos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros aqui analisados foram executados no âmbito do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA), grupo interinstitucional que congrega membros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão (IFMA) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI).<sup>10</sup> As ações foram desenvolvidas em parceria com diversos setores e grupos das universidades (notadamente, o Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular – GPMINA)<sup>11</sup>, da sociedade civil, dos

<sup>8</sup> PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MEC/SESU, op. cit., p. 2.

<sup>9</sup> Um projeto e um programa aqui analisados foram financiados com recursos do governo federal por meio do PROEXT. Mais que isso, a própria definição das estratégias, perfis e perspectivas teóricas e políticas da formação foi impulsionada por esse programa nacional.

<sup>10</sup> O NEÁFRICA, em grande medida, foi se conformando à medida que esses projetos, bem como as ações de extensão com outro foco, e os projetos de pesquisa e ensino dos docentes do grupo (Antonio Evaldo Almeida Barros – UFMA/UEMA, Viviane de Oliveira Barbosa – UFMA/UEMA, Tatiana Raquel Reis Silva – UEMA, Reinaldo dos Santos Barroso Júnior – UEMA/UESPI), Antonia da Silva Mota – UFMA, Wheriston Silva Neris – UFMA e Celeste Silva Ferreira – IFMA) foram sendo executados.

<sup>11</sup> O GPMINA que, durante a execução das ações aqui analisadas, foi coordenado por Sérgio F. Ferretti (falecido em 23 de maio de 2018) e por Mundicarmo M. R. Ferretti, e do qual os autores deste artigo também são

governos municipal e estadual, em especial as secretarias de educação e de igualdade racial do Governo do Estado do Maranhão. Os projetos e programas foram executados entre 2010 e 2018 e, de modo geral, buscaram promover, sobretudo a partir de uma perspectiva humanista, a igualdade racial. Buscou-se apoiar secretarias municipais e estadual de educação do Estado do Maranhão para a efetiva implementação do ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras, de acordo com os termos da Lei nº 10.639/2003, e realizar um conjunto de ações que visaram a valorização da identidade e da diversidade étnico-racial em instituições de educação básica e superior.

A execução dessas ações de extensão no âmbito dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros tem se justificado por diferentes razões. Primeiramente, reconhece-se que apesar de a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras nos currículos das instituições de ensino básico, ter sido promulgada em 2003 e de, já no ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação ter aprovado o parecer que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras, muitos professores, escolas, municípios e estados brasileiros continuam com dificuldades ou simplesmente não têm agido no sentido de realizar o que esses códigos e normativas legais determinam.

Em grande medida, ainda nos dias atuais, a realidade do Maranhão encaixa-se nesse perfil. No início dos anos 2010, por exemplo, observava-se que, de um lado, os professores do Estado, como também tantos outros docentes espalhados pelo Brasil, afirmavam não ter material adequado ou mesmo formação qualitativa para enfrentar esses temas e seus problemas no cotidiano escolar. De outro lado, as secretarias municipais e estadual de educação, e as secretarias de políticas de igualdade racial, a exemplo de outros órgãos congêneres em diferentes regiões do país, ressentiam-se, por exemplo, da falta de propostas qualificadas para oportunizar aos professores uma formação adequada no campo da história e cultura africana, afro-brasileira, bem como no enfrentamento do preconceito racial nas escolas através de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais.<sup>12</sup>

Ao se propor essas ações a partir de espaços como a universidade, sempre se destacou o papel desta instituição no processo de fomento da Educação para as Relações

---

membros, deu importante apoio logístico, acadêmico e didático para a execução das ações: indicou alguns de seus membros para participarem, como palestrantes e formadores, das oficinas e cursos realizados; disponibilizou aquela que talvez seja a melhor biblioteca de estudos afro-brasileiros e afro-maranhenses disponíveis no Maranhão e que se vincula aos seus coordenadores; constituiu espaço para reunião de estudo dos estudantes extensionistas.

<sup>12</sup> BARROS, op. cit., 2010; Id., op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA; SANTOS, op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2012; BARROS et al, op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2013.

Étnico-Raciais e da formação no campo da história da África e dos grupos e sujeitos afro-brasileiros. Assim, entende-se que a própria universidade deve reconhecer que poderia fazer muito mais para contribuir junto às prefeituras, ao Estado, às secretarias de educação ou a outras entidades e organizações da sociedade civil, no sentido de apresentar propostas e propor parcerias para que a sociedade local e, particularmente, o universo escolar entrem em contato com o debate atual do campo da história e cultura africanas e afro-brasileiras e, de modo mais amplo, dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, desenvolvendo ações diretas de valorização da identidade e da diversidade étnicas.<sup>13</sup>

Todavia, que tipo de intervenção político-pedagógica buscou-se promover através dessas ações de extensão? Ora, antes de tudo, partiu-se do pressuposto de que

[...] uma intervenção qualitativa no campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais e dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, deve considerar estes temas e questões não somente desde a ‘nação brasileira’ (um sujeito abstrato, desencarnado), mas desde as situações e contextos específicos, a exemplo das múltiplas realidades do Maranhão, território marcado pela forte presença afro-brasileira não somente na cultura, na história e nos movimentos sociais, como também na economia, na produção de conhecimento e em outros níveis das relações sociais e humanas.<sup>14</sup>

Nas propostas, também se buscou destacar que “a ausência de um debate qualificado sobre racismos e anti-racismos na educação, e sobre África e afro-Brasil no Ensino Básico têm permitido e, de certo modo, alimentado a permanência dos sujeitos e grupos destes campos de conhecimento e da política no universo dos preconceitos e estereótipos”.<sup>15</sup>

Além disso, é como crítica ao que se poderia chamar de processo de refolclorização que estas ações foram propostas e executadas. Isto que se denomina de refolclorização

<sup>13</sup> BARROS, op. cit., 2010; Id., op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA; SANTOS, op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2012; BARROS et al., op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2013; BARROS, op. cit., 2013; Id., op. cit., 2014a; Id., op. cit., 2014b; Id., op. cit., 2015; Id., op. cit., 2014c; Id., op. cit., 2017; BARROS et. al, op. cit., 2015; BARROS, op. cit., 2018; BARROS; BARBOSA; SILVA, op. cit., 2015; BARROS, op. cit., 2016; BARROS; BARBOSA; SILVA, op. cit., 2017. Certamente, o “papel fundamental da universidade é o de criar dispositivos de apoio às escolas que possam contrariar o pensamento fatalista e resignado que se tem instalado na cultura profissional dos professores. Em grande medida, porém, a universidade tem desempenhado esse papel a reboque da agenda exógena das reformas educativas e manifestando uma incoerência entre o discurso que veicula – a colegialidade, a colaboração, o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade etc. – e a cultura acadêmica hierárquica, competitiva e individualista que a caracteriza”. Ver FERREIRA, Fernando Ilídio. A universidade e a formação continuada dos professores no contexto das reformas educativas contemporâneas. In: CALDERON, Adolfo Ignacio et al. (Org.). *Extensão universitária: uma questão em aberto*. São Paulo: Xamã, 2011. p. 105.

<sup>14</sup> Ver, dentre outros documentos (projetos e relatórios das ações executadas), BARROS, op. cit., 2010. p. 35; BARROS, op. cit., 2013. p. 13.

<sup>15</sup> Ver, dentre outros documentos (projetos e relatórios das ações executadas), BARROS, op. cit., 2010. p. 34; BARROS; BARBOSA; SANTOS, op. cit., 2011. p. 18.



[...] parece ocorrer mesmo entre aqueles que, muitas vezes, embora com boa vontade, tentam intervir trazendo a presença histórica e social africana e afro-brasileira para o cotidiano escolar, bem como experimentando ações de combate ao preconceito racial e de estímulo à valorização da identidade e diversidade étnica. Comum aqui tem sido aquilo que poderíamos chamar de ‘re-folclorização’ dos povos africanos e da participação dos seus descendentes na formação social e cultural do país: no passado, suas contribuições eram vistas pelos setores dominantes como credices, imbecilidades provindas do analfabetismo, batuques perturbadores do sossego público e impedimentos para a instituição da civilização nestas terras tropicais – sendo posteriormente identificadas como ‘folclore’, espaços estáticos de tradições imemoriais e imutáveis. Depois desta folclorização, parece estar ocorrendo, atualmente, a re-folclorização, quando novamente a retórica da história e cultura africana e afro-brasileira, muito comumente, se reduz à identificação destas com certos elementos e práticas ditos ‘culturais’ e ‘folclóricos’, obviamente descontextualizados de seus locais de produção. Isto se dá frequentemente em diferentes escolas do Brasil, por exemplo, por ocasião das datas comemorativas como do Dia da Consciência Negra. Este é um dia em que nas escolas comumente retiram-se novamente negros, africanos, do campo da cultura, da história, da economia, da política, enfim, da humanidade, e se os colocam no campo da natureza.<sup>16</sup>

Essas foram algumas das questões que se buscou discutir e problematizar durante a promoção deste conjunto de ações de extensão.

O fato é que a elaboração e a execução das ações de extensão buscaram dar visibilidade à história da África e afro-brasileira, destacando o papel social e histórico central dos africanos e afro-brasileiros, no intuito de promover a igualdade racial, particularmente, através da educação, notadamente, por meio do ensino de história.

As primeiras ações de extensão foram projetos que, executados entre 2010 e 2013, consolidaram-se, de um lado, como uma linha de atuação do NEÁFRICA e, de outro lado, consubstanciaram-se como um conjunto de experiências, ao mesmo tempo sociais, acadêmicas e educacionais, que sedimentaram a proposição e execução de ações similares nos anos seguintes, entre 2014 e 2018. De modo geral, aqueles primeiros projetos foram operacionalizados por meio de três ações complementares e interdependentes, quais sejam: 1) grupo de estudos regular envolvendo, particularmente, a equipe executora e visando à formação teórica sólida de recursos humanos, em nível de graduação e também de mestrado, em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, destacando-se nesses estudos a disciplina histórica; 2) oficinas de história e cultura africanas e afro-brasileiras (de 40 horas) coordenadas por professores extensionistas e pesquisadores e bolsistas de extensão, de pesquisa, de ensino e de permanência, destinadas a graduandos, professores, estudantes do Ensino Básico, membros de associações da sociedade civil organizada, dentre outros; 3) produção de material didático ou

---

<sup>16</sup> Ver, dentre outros documentos (projetos e relatórios das ações executadas), BARROS, op. cit., 2010. p. 34; Id., op. cit., 2013. p. 13.

paradidático voltado para o Ensino Básico contemplando temas como sociedades africanas, sujeitos e experiências afro-maranhenses<sup>17</sup>.<sup>18</sup>

Assim, visando proporcionar a formação de recursos humanos, a organização de oficinas voltadas particularmente para professores e estudantes, mas também para membros da sociedade civil local, e a produção de livro paradidático referente à história e cultura africana e afro-brasileira destinada para o Ensino Básico, esses Projetos de Extensão buscaram se alicerçar na indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa desde uma perspectiva inter e multidisciplinar. Ao longo da realização dessas ações de extensão, particularmente durante as oficinas oferecidas para estudantes e professores, notou-se que, em grande medida, estes homens, mulheres e crianças, público-alvo das ações, apresentavam-se eles próprios, antes de tudo, como sujeitos de sua própria história. À medida que os professores e estudantes ministrantes das oficinas narravam, informavam e discutiam sobre a história e cultura africanas e afro-brasileiras, davam-se também conta de que seu público-alvo, em sua maioria constituído por sujeitos cuja cor da pele e condição social os situavam no tempo e no espaço, tinham suas próprias histórias para contar.<sup>19</sup>

Ao longo da execução das ações, anos 2010-2013, foi se consolidando um processo político-epistêmico segundo o qual novas intervenções para a formação de professores deveriam, necessariamente, caminhar na “direção de uma perspectiva analítica comparada e cruzada, colocando lado a lado, heterarquicamente e não hierarquicamente, os dois lados do Atlântico Sul, África e Brasil”<sup>20</sup>. Nessa perspectiva, num contexto de abertura política no qual a relação Sul-Sul, especialmente entre Brasil e África, era valorizada, como nos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e ainda nos governos de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), o que a experiência de realização destas ações de extensão permitia vislumbrar e prospectar era que

---

<sup>17</sup> Esta é a dimensão do projeto cujos resultados estão se consolidando a partir de 2018. Destaque-se que na confecção desse material didático tem se buscado priorizar abordagens que comparem realidades históricas africanas e brasileiras, e subsídios reflexivos para enfrentar os principais preconceitos e estereótipos acerca da história e cultura africana e afro-brasileira.

<sup>18</sup> BARROS, op. cit., 2010; Id., op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA; SANTOS, op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2012; BARROS et. al., op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2013.

<sup>19</sup> BARROS, op. cit., 2011; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2012; Id., op. cit., 2013. Até 2019, deve ser finalizada a análise de relatórios qualitativos e quantitativos sobre, por exemplo, o perfil e as expectativas dos docentes atendidos pelos projetos e programas.

<sup>20</sup> A primeira vez que, na proposição destas ações, esta questão foi colocada nesses termos foi em 2013, na ocasião da elaboração do projeto *EnsinÁfrica: promovendo os estudos africanos*. Ver BARROS, op. cit., 2013. p. 7. Desde então, esta se tornou uma perspectiva fundamental que deveria nortear as ideias e práticas instituintes das ações de extensão. Não por acaso o projeto que passaria a ser desenvolvido no ano seguinte intitulava-se *Educação e cidadania no sul global: construindo uma extensão político-educacional entre Brasil e África*.

[...] no caso das ações voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais e, particularmente, para a formação de professores no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, há a necessidade de pensarmos este processo como fenômeno global: é fundamental que a ‘descoberta’ de África que se desenrola no Brasil com a proliferação de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, o desenvolvimento de especializações e cursos de aperfeiçoamento e de outras ações de extensão sobre África e sua diáspora, considerem a experiência dos próprios africanos na construção de sua história, de modo que, será sempre bem-vinda e mesmo necessário sua presença quando o diálogo se refere a África. E quão significativo seria se os brasileiros também pudessem falar da história e da cultura afro-brasileira para os africanos. Trata-se de um movimento de interconexão, de complementariedade. A Extensão, como pilar central da universidade, não pode ficar de fora deste movimento internacionalizado, dinâmico e plural.<sup>21</sup>

Assim, partindo das experiências das primeiras ações executadas, especialmente a partir do ano de 2014, os projetos e programas passaram a ser operacionalizados por meio de um conjunto de atividades que, do mesmo modo que as anteriores, se pretendiam complementares e interdependentes, quais sejam: 1) grupo de estudo e trabalho regular envolvendo particularmente a equipe executora visando à formação teórica sólida de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação, especializados em estudos africanos e/ou afro-brasileiros; 2) curso de aperfeiçoamento (de 180 horas) ministrado por professores e pesquisadores brasileiros, africanos e de outras regiões, destinado a professores da rede pública do estado do Maranhão; 3) oficinas, feiras, minicursos e similares organizados por graduandos extensionistas destinados a estudantes da Educação Básica e Superior; 4) realização de pesquisa-ação no cotidiano escolar sobre racismo, representações e ideias de África e negro e outros temas e problemas congêneres; 5) produção de materiais didáticos voltados para o Ensino Básico.<sup>22</sup>

A indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa foi uma dimensão de fato essencial no conjunto das ações aqui enfocadas e analisadas. Em primeiro lugar, essa relação foi pensada “desde uma perspectiva inter e multidisciplinar, uma vez que tanto no conjunto como no interior de cada uma de suas etapas esses princípios foram considerados e mesmo

---

<sup>21</sup> BARROS, op. cit., 2014c. p. 8. Se a internacionalização sempre foi um desafio para a universidade brasileira, este desafio se torna ainda maior para a extensão. Mesmo no maior edital de fomento à extensão organizado no Brasil, aquele do Programa Nacional de Extensão (PROEXT-MEC) que, até 2016, deu intenso apoio à extensão no Brasil durante os Governos Lula e Dilma, e não mais foi lançado a partir do Governo Temer, era, por exemplo, vedada a previsão orçamentária de compra de passagens internacionais. Neste sentido, foi muito importante para a execução da ação a participação de professores e pesquisadores africanos e outros estrangeiros, sediados no Brasil. Entre 2014 e 2017, conectada a essas ações de extensão foram realizados os *Diálogos sobre África*, que consistiram num conjunto de 30 conferências, aulas públicas e minicursos ofertados por pesquisadores africanos e africanistas e especialistas em história e cultura afro-brasileira para professores da Educação Básica e estudantes da graduação.

<sup>22</sup> BARROS, op. cit., 2014a; Id., op. cit., 2014b; Id., op. cit., 2015; Id., op. cit., 2014c; Id., op. cit., 2017; BARROS et. al., op. cit., 2015; BARROS, op. cit., 2018; BARROS; BARBOSA; SILVA, op. cit., 2015; BARROS, op. cit., 2016; BARROS; BARBOSA; SILVA, op. cit., 2017.

continuamente revitalizados”<sup>23</sup>. Houve grande atenção em conceber e executar as atividades e etapas que compunham os projetos e programas de modo continuamente interconectado. Em todos os projetos e programas, a ação direta de extensão foi, nos primeiros projetos executados, uma oficina (em geral de 40 horas) e, a partir de 2014, um curso de aperfeiçoamento (de 180 horas). Tanto a oficina quanto o curso foram ladeados por outras duas atividades ou conjuntos de atividades, especialmente, o grupo de estudos, a pesquisa-ação e a produção de matérias de caráter didático voltado para a Educação Básica. Na execução da oficina e do curso foi possível, por exemplo, perceber, registrar e diagnosticar as perspectivas, anseios e contribuições do público-alvo. De fato, as equipes executoras preocuparam-se “tanto em oferecer subsídios formativos de qualidade como também em observar e ouvir o que desejariam, por exemplo, os docentes, que enfrentam a dificuldade de não ter uma formação adequada na área”<sup>24</sup>. Buscou-se, portanto, integrar as atividades das ações de extensão. “As reflexões realizadas no Grupo de Estudo e Trabalho funcionaram como momentos preparatórios para que os extensionistas pudessem melhor atuar durante o curso, bem como produzir textos (artigos, propostas educativas) para constituição de livros”. Assim, “se, no Grupo de Estudos, os extensionistas puderam estudar, pesquisar e refletir sobre aspectos da história e cultura africanas e afro-brasileiras a partir da análise de parte da literatura existente sobre o tema, no Curso de Aperfeiçoamento, no qual eles atuaram como monitores, eles tiveram a oportunidade de intervir tanto pedagógica como socialmente”<sup>25</sup>.

Dessa forma, do ponto de vista pedagógico, buscou-se coerência entre a formação oferecida, sobretudo no grupo de estudo, e a prática esperada, particularmente na monitoria que os estudantes realizaram durante a execução da oficina e do curso. “Durante as oficinas e o curso, o estudante teve a oportunidade de experienciar, ainda no seu processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização próprios das práticas pedagógicas e mesmo de outras formas de sua ação pessoal, social ou profissional”. Desse modo, se, de um lado, “nas situações de estudo e debate entre seus pares e professores orientadores, o estudante extensionista pôde vivenciar atividades pelas quais teve a oportunidade de se apropriar dos saberes e fazeres que lhes foram oferecidos”, de outro lado, “durante as oficinas e o curso ele pôde gerir situações de aprendizagem e, de modo mais abrangente, intervir socialmente”. Saliente-se que os extensionistas dessas ações de extensão tiveram a oportunidade de participar da formação continuada de docentes, o que certamente

---

<sup>23</sup> Ver, dentre outros relatórios, BARROS, op. cit., 2011. p. 30.

<sup>24</sup> Ver, dentre outros relatórios, BARROS; BARBOSA, op. cit., 2013. p. 20.

<sup>25</sup> Ver, dentre outros relatórios, BARROS, op. cit., 2017. p. 16.

poderá ter impactos importantes em sua futura vida profissional: “reconhecendo, desde já, em sua formação inicial, a importância da formação continuada, da atualização formativa permanente”, é possível que “este extensionista, hoje estudante, ao tornar-se professor, tenha a atitude de entender a formação como um processo contínuo”, que esta dimensão profissional esteja definida em seu perfil de egresso, “e que ele seja zeloso em relação à sua dignidade profissional e à qualidade do trabalho escolar sob sua responsabilidade”.<sup>26</sup>

É preciso destacar também que os impactos educacionais das ações executadas relacionam-se diretamente às suas implicações sociais. Ora, buscou-se possibilitar o desenvolvimento de uma aprendizagem em interação com a realidade e com os demais indivíduos. De fato, no desenvolvimento das atividades, ao produzir situações de ensino e orientação teórica, didática e social no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, o estudante extensionista pôde cada vez mais demonstrar compromisso com a efetivação das aprendizagens sob sua responsabilidade, desenvolver a capacidade de apresentar suas intervenções com segurança e promover o desenvolvimento de situações de ensino, aprendizagem e produção do conhecimento como processo social e de construção coletiva.<sup>27</sup>

Defrontando-se com um problema específico da realidade educacional do Maranhão (qual seja, a ausência de qualitativas situações de aprendizagem sobre história e cultura africana e afro-brasileira), o extensionista foi conduzido a uma interação com a realidade, tanto do ponto de vista da sua própria realidade quanto da realidade do seu contexto, no qual possivelmente ele atuará futuramente. Ao se colocar como questão central desta ação temas e problemas das histórias, culturas e sociedades africanas e afro-brasileiras, os extensionistas foram convidados a se perguntar sobre o que as diferentes disciplinas, particularmente das ciências humanas, como a história, a sociologia, a geografia e a filosofia, teriam a informar sobre esses povos, sujeitos e grupos sociais, sobre qual o lugar de África e dos afro-brasileiros no campo das Ciências Humanas e mesmo de outros setores do conhecimento, sobre como diferentes setores da sociedade maranhense e brasileira, particularmente docentes, observam o campo simbólico e o contexto real do que se convencionou

<sup>26</sup> Ver, dentre outros relatórios, BARROS, op. cit., 2017. p. 18; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2013. Importante destacar que “A extensão universitária, entre a diversidade de entendimentos, pode ser considerada uma diretriz institucional, um processo mediador de construção do conhecimento e uma atividade que aponta para a finalidade do percurso da aprendizagem, qualificando o valor epistemológico, ético e político da instituição, que deve ser vivenciado, cotidianamente, pelos sujeitos acadêmicos e comunitários, pelos processos instituídos e instituintes, e pelos resultados individuais e coletivos.” Observa-se que “Esse princípio está vinculado, também, ao seu projeto social, que se torna a razão do acolhimento de milhares de jovens, formando-os intelectual e profissionalmente, com o objetivo de atuar de modo profissional competente e de maneira cidadã consciente. Para que tal procedimento seja significativo, é oportuno que a relação da academia com a sociedade, por meio de seus projetos pedagógicos, constitua-se um tempo e um espaço favoráveis para o processo de aprendizagem.” Além disso, “Com o propósito de compreender o princípio de aprendizagem, entre outras opções, é adequado dizer que a extensão é um jeito de ser, uma maneira de dialogar e uma possibilidade de aprender, aspectos que serão apresentados na sequência, mas que devem ser entendidos e praticados de forma articulada e sintonizados com o projeto pedagógico institucional”. SÍVERES, Luiz. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. In: Id. *A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem*. Brasília, DF: Liber Livro, 2013. p. 20.

<sup>27</sup> BARROS, op. cit., 2011; Id., op. cit., 2014a; Id., op. cit., 2015; Id., op. cit., 2017; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2012; Id., op. cit., 2013.

denominar ‘África’, ‘Afro’, ‘Negro’, sobre quais os principais estereótipos e preconceitos sobre os africanos e afro-brasileiros e como contribuir para sua desmistificação no contexto educacional e social.<sup>28</sup>

Além disso, os estudantes extensionistas tiveram a oportunidade de iniciar um processo de especialização num campo de estudos potencialmente aberto no âmbito do processo de ensino-aprendizagem direto em sala de aula, como também no universo do trabalho acadêmico e no plano da formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, uma vez que atuaram diretamente com secretários, gestores, diretores e outros profissionais envolvidos com o planejamento de políticas públicas voltadas para a educação.<sup>29</sup>

Ao longo da execução das ações de extensão alguns fundamentos e práticas teóricas, pedagógicas e políticas foram se consolidando. Evidentemente, o norte geral de toda ação de extensão é aquele que considera que a universidade deve orientar-se pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de se criar uma relação efetiva entre teoria e prática, entre universidade e sociedade.

Nessa perspectiva, uma característica fundamental dos projetos e programas executados foi buscar desenvolver ações de extensão nas quais se articulassem as relações de aprendizagem e pesquisa. “A concepção do processo ensino-aprendizagem se centra aqui não na figura do coordenador do programa, e sim, numa perspectiva dialógico-formativa, que considera o estudante extensionista como construtor ativo de sua própria aprendizagem, o que se dá num processo contínuo de desenvolvimento de sua autonomia intelectual”. À coordenação das ações coube o papel de orientar acadêmica, curricular e pedagogicamente o estudante extensionista, oportunizando-lhe situações nas quais ele pudesse desempenhar um papel central, o que incluiu a tentativa de envolver os estudantes em todas as etapas e fases de execução.<sup>30</sup>

Fundamentalmente, do ponto de vista pedagógico,

[...] as ações foram estruturadas partindo-se do princípio da coerência entre a formação que é oferecida e a prática que é esperada, da aprendizagem como resultado da interação com a realidade e com os demais indivíduos, da interdisciplinaridade, entendida como a colaboração entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência, da avaliação como parte integrante e fundamental do conjunto do processo formativo, da pesquisa enquanto processo diretamente relacionado ao ensino e à aprendizagem, da orientação acadêmica e da regulação das aprendizagens, para que se trabalhe a partir dos

---

<sup>28</sup> BARROS, op. cit., 2011, p. 10; Id., op. cit., 2014a. p. 13; Id., op. cit., 2015; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2012, p. 12.

<sup>29</sup> BARROS, op. cit., 2011; Id., op. cit., 2014a; Id., op. cit., 2015; Id., op. cit., 2017; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2012; Id., op. cit., 2013.

<sup>30</sup> BARROS, op. cit., 2011; Id., op. cit., 2014a; Id., op. cit., 2015; Id., op. cit., 2017; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2012; Id., op. cit., 2013.

diferenciados percursos dos diferentes e desiguais sujeitos envolvidos nas ações, da perspectiva de uma formação social e política posicionada considerando as sinergias históricas existentes entre Brasil e África, enquanto territórios complexos e interligados no Atlântico Negro.<sup>31</sup>

Uma observação precisa ser destacada ao se observar uma mudança significativa ocorrida na concepção e execução das ações de extensão em foco. Nos primeiros projetos, embora se pretendesse articular ensino, pesquisa e extensão, essa associação nem sempre ocorria de modo claro, mas à medida que os projetos foram sendo aprimorados e atualizados a partir da experiência, a coordenação e a equipe de trabalho docente deram-se conta de que seria enriquecedor buscar continuamente melhores formas de articular ensino e pesquisa com a extensão.

Desta maneira, foi sendo rompida, de fato, a tradicional divisão entre bolsistas de extensão e bolsistas de pesquisa, e mesmo bolsistas de ensino. Em termos práticos, da execução das ações de extensão passaram a participar bolsistas não apenas de extensão, como também de pesquisa e ensino. Porém, mais relevante que isso, foi ter se iniciado, especialmente a partir de 2013, uma melhor qualificação para a atuação dos bolsistas de extensão nas escolas da educação básica. Normalmente, estes estudantes bolsistas e voluntários organizavam oficinas sobre algum tema gerador ou sobre alguma atividade artística, lúdica e assim por diante. Embora esta estratégia metodológica tenha continuado e seja relevante, passou a ser mais frequente que tanto o estudante bolsista de um dado projeto de extensão quanto aquele de um projeto de pesquisa ou de um programa de ensino iniciassem sua participação no projeto pela pesquisa de um tema ou problema específico. Esta pesquisa inicial, que é característica da iniciação científica, passou a ser realizada por todos os estudantes: não apenas dos projetos de pesquisa, mas também dos projetos de extensão e ensino. Partindo do estudo mais aprofundado de um dado tema ou problema de interesse, o estudante passou a produzir intervenções no ambiente escolar, oficinas, mostras, discussões, cursos, etc. Dessa maneira, passou-se a observar uma maior qualificação nas intervenções do estudante de graduação extensionista no ambiente escolar. Além disso, os estudantes de iniciação científica com planos de trabalho no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros passaram a ter como um de seus objetivos específicos a realização de algum tipo de atividade (oficina, mostra, etc.) em alguma escola ao longo do desenvolvimento de sua pesquisa.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Ver, dentre outros relatórios, BARROS, op. cit., 2017, p. 27.

<sup>32</sup> BARROS, op. cit., 2011; Id., op. cit., 2014a; Id., op. cit., 2015; Id., op. cit., 2017; BARROS; BARBOSA, op. cit., 2012; op. cit., 2013.

Assim, estudantes que estavam desenvolvendo pesquisas, que pretendiam elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso sobre cinema africano, sobre escravidão, sobre colonialismo, sobre filosofia africana, etc., desenvolveram atividades na Educação Básica sobre esses temas de interesse, mobilizando questões relevantes para a discussão no ambiente escolar. Dessa maneira, a extensão associou-se melhor ao ensino e à pesquisa, e as ações tornaram-se mais qualificadas. Algumas vezes estudantes de graduação interessados em realizar oficinas sobre um dado repertório, como capoeira, cultura popular, cinema, foram convidados a realizar uma pesquisa, nos termos de iniciação científica, sobre o tema de interesse, o que melhorou significativamente o seu interesse em práticas de extensão, pois não precisaram mais imaginar e vivenciar a extensão como algo separado do seu cotidiano acadêmico de pesquisa e também de ensino.<sup>33</sup>

Além disso, buscou-se reconhecer que a sociedade atual é uma “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento”, contexto no qual se fazem cada vez mais presentes computadores, câmeras de foto, som e vídeo, gravadores e suportes de dados (CDs, DVDs, cartões de memória, pendrives, etc.), telefonia móvel, TV por assinatura, antena parabólica, TV digital, correio eletrônico, listas de discussão, internet (quadros eletrônicos de mensagens, blogs, ambientes virtuais de aprendizagem, dentre outros). Buscou-se inserir estes meios nas atividades dos projetos e programas, sendo transformados em recursos auxiliares para a reflexão e ação no campo da história e cultura africanas e afro-brasileiras desde o contexto maranhense.<sup>34</sup>

As ações executadas partiram do suposto de que “é preciso que se institua uma ‘democratização epistemológica’”.<sup>35</sup>

Nas Américas, esta corrente se relaciona, por exemplo, às filosofia e teologia da libertação latino-americanas (dentre os quais é possível destacar Enrique Dussel, Agustín Lao, Hector Cordero-Guzman, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, James Cohen, Nina Glick Schiller, Louis Mazzari, Immanuel Wallerstein e Ramón Grosfoguel). Vários intelectuais africanos, como Appiah (1997), Mudimbe (1994, 1998), Mbembe (2001), Hountondji (1977) e Oladipo (2000) têm apontado para esta questão ou problemas similares. De fato, esta abordagem do campo dos Estudos Étnicos e Africanos é translocal e global, o que pode ser verificado com o trabalho de Linda Smith (2001) produzido no contexto australiano. Nesta perspectiva, entende-se que a discussão epistemológica das ciências sociais vem se pautando num modelo eurocêntrico que se pretende universal e imparcial, embora seja localizacionalmente gestado (eurocentrismo). Um homem específico, o europeu (representado no pensamento moderno cartesiano), funda um pensamento, mas este pensamento se pretende universal, um cogito encarnado que se diz desencarnado. O

---

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> Ibid.

<sup>35</sup> Sobre esta questão, ver, dentre outros, BARROS, Antonio Evaldo Almeida. Estudos Étnicos: uma aproximação epistemológica. *Mujimbo: Revista de Estudos Étnicos e Africanos*, v.1, p.70 - 96, 2011.



conhecimento e as práticas cognitivas e sociais que produzimos são largamente baseadas nesse paradigma, em que o outro é visto como um objeto e não como um sujeito que pensa. A América Latina e África estariam vivendo uma independência colonial, independência sem descolonização. Desse modo, deveríamos falar em ‘colonialidade do poder’ e não em um mundo pós-colonial. As ciências sociais contemporâneas, baseadas naquele paradigma, produzem um conhecimento desde uma perspectiva solipsista, isto é, um conhecimento baseado no si mesmo, num sujeito que pensa a si próprio e que não consegue pensar para além desse eu. Eurocentrismo é aqui essencialmente o não considerar a possibilidade de construção de outros paradigmas. Fundamental para mudar essa situação seria democratizar a epistemologia, redefinir o que é o humano. Sendo possível a existência de diversos cânones, pretende-se buscar uma diversidade epistêmica. Assim, o que se busca não é uma perspectiva identitária, mas um prisma localizacional. Uma visão que lê o poder não hierárquica, mas heterarquicamente. A ‘colonialidade do poder’ se estrutura em três níveis que só podem ser compreendidos de modo inter-relacionado: o local, o nacional e o global. Diante de um discurso homogeneizador, globalizador, não se pretende propor uma anti-globalização (que se encerra em particularismos e fundamentalismos), mas uma alter-globalização (um outro mundo é possível). Diante disso, critica-se fortemente o multiculturalismo (cuja preocupação reside no fato de as diferenças serem tratadas com desprezo, sendo vistas como desvios de norma; um discurso pós-moderno, contra-iluminista), pois se entende que nele as manifestações populares e negras são apropriadas tão somente como folclore e cultura popular e não como espaço de produção do conhecimento. A pós-modernidade é vista como uma continuidade, pois se fundaria no mesmo paradigma da modernidade do ocidente europeu. Compreende-se que, em grande medida, a história do pensamento ocidental quando fala em pluralidade retoma o debate entre absolutismo vs. relativismo. Ambos, entretanto, partem do mesmo lugar epistêmico, não propondo formas diferentes de pensar e produzir saber. O multiculturalismo é visto tão somente como uma voz que reclama a pluralidade e o relativismo cultural, e não um relativismo epistêmico. Isto significaria mais que reconhecer grupos étnicos e culturais diversos (multiculturalismo) e passar a reconhecer que tais grupos possuem diversas formas de pensar, de produzir conhecimento (pluralidade epistêmica). Fundamentalmente, o pluralismo epistêmico questionaria as relações de poder, o multiculturalismo manteria as coisas como estão. Afastando-se tanto do modernismo quanto do pós-modernismo, entende-se que o mundo não é tão dicotômico como pensam discursos modernos e nem tão fragmentado como enunciam vozes pós-modernas. Desse modo, aceita-se que os Estudos Étnicos necessitam relacionar umbilicalmente produção epistemológica e reivindicação política, produzir conhecimentos sem reproduzir os essencialismos das políticas identitárias, contribuindo para a descolonização das relações étnico-raciais. Um grande problema a ser enfrentado no século XXI não seria a linha de cor que define relações sociais, mas sim, a invisibilização dessa linha. Uma de suas maiores dificuldades é efetivar um projeto de descolonização de dentro de uma instituição que é vista como instituição da colonialidade do poder, a universidade.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> BARROS, op. cit., 2014c, p. 18-19. Ver, dentre outros, APPIAH, K. A. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997; BATES, R.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. *Africa and the Disciplines: the contribution of research in Africa to the social sciences and humanities*. Chicago: University of Chicago Press, 1993; DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *O pensamento africano sul-saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático*. São Paulo: Clacso- EDUCAM, 2008. GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Maranhão: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001; HOUNTONDJI, P. *Sur la philosophie africaine: critique de l'ethnophilosophie*. Paris: F. Maspero, 1977; MBEMBE, A. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos AfroAsiáticos*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001; MUDIMBE, V. Y. *The Idea of Africa*. London: British Library Cataloguing in Publication Data, 1994; MUDIMBE, V. Y. *The invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of the Knowledge (African Systems of Thought)*. Bloomington: Indiana University Press, 1988; OLADIPO, O. *The idea of African Philosophy: a critical study of the major orientations in contemporary african philosophy*. 3. ed. Nigeria: Hope Publications, 2000; SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009;

Dessa forma, a execução dos projetos e programas se deu “considerando-se a relevância de ações de extensão levadas a cabo no eixo sul-sul e reconhecendo-se o papel central que os estudos africanos têm tido para o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais.”<sup>37</sup> Como já lembrara Paul Gilroy,

[...] é preciso uma historiografia que relacione as culturas negras do século XX com o nómos do pós-moderno planetário, atentando-se, ao mesmo tempo, para a própria terra onde se diz que as culturas locais têm suas raízes, e para o Atlântico – configurado como um sistema de trocas culturais. Parafrazeando-o, diria que necessitamos de ações e intervenções que relacionem experiências negras contemporâneas nos dois lados do Atlântico Sul, numa perspectiva heterárquica e colaborativa.<sup>38</sup>

Partindo-se desses princípios, o Curso de Aperfeiçoamento (e, anteriormente, com carga horária menor, as oficinas), do ponto de vista dos conteúdos, foi dividido em seis módulos de 30 horas cada:

- a) Módulo I: Educação e Relações Étnico-Raciais I. Ementa: Conceitos de raça, etnia, etnicidade, nação. Estudo das tendências racistas e racialistas. Discriminação, exclusão, cor e raça no Brasil.
- b) Módulo II: Educação e Relações Étnico-Raciais II. Ementa: Experiências de combate ao racismo na escola. Práticas de valorização da identidade e da diversidade étnica na educação.
- c) Módulo III: Estudos Africanos I. Ementa: Percursos da história da África, examinando o posicionamento da história e do tempo em sociedades africanas e levando em consideração as diversidades do continente até o século XVIII.
- d) Módulo IV: Estudos Africanos II. Ementa: Percursos da história da África, examinando o posicionamento da história e do tempo em sociedades africanas e levando em consideração as diversidades do continente a partir do século XIX até os dias atuais.
- e) Módulo V: Estudos Afro-brasileiros I. Ementa: História afro-brasileira e cultura negra no Brasil até a Abolição. Experiências de liberdade e escravidão na Colônia e Império do Brasil. Resistência, revoltas e quilombos. Movimentos e organizações negras. Estudo sobre cultura e religiosidade popular e negra no Brasil.

---

SMITH, Linda. *Decolonizing methodologies. research and indigenous peoples*. London; New York: Zed Book Ltd., 2001.

<sup>37</sup> BARROS, op. cit., 2014c. p. 18-19.

<sup>38</sup> GILROY, op. cit., p. 21.

- f) Módulo VI: Estudos Afro-brasileiros II. Ementa: História afro-brasileira e cultura negra no Brasil em tempos de República. Ementa: Experiências da população afro-brasileira em tempos de República. Resistência, revoltas e quilombos. Movimentos e organizações negras. Estudo sobre cultura e religiosidade popular e negra no Brasil.

Foram ministradas mais de uma centena de oficinas e minicursos para estudantes da educação básica. Em geral intitulada *Afros e Étnicos em Sala de Aula*, tratava-se de um conjunto de atividades desenvolvidas durante um ou mais dias em várias turmas de uma mesma escola. Ao todo, foram 30 escolas atendidas. De caráter itinerante, *Afros e Étnicos em Sala de Aula* constituía-se por oficinas, mostras, minicursos, exposições, fóruns e similares sobre estética negra, beleza e identidade, cinema africano, o negro no cinema e em quadrinhos, intelectuais e políticos negros e africanos, religiões e cultura africana e afro-brasileira, processos de resistência e superação do colonialismo em África, escravidão e formas de resistência, Movimento Negro Brasileiro, Hip Hop, literatura afro-brasileira e africana, discussão sobre racismo no Brasil, mulheres negras, negritude e humanidade, dentre outros temas.

A formulação e a execução dos projetos e programas aqui analisados, embora claramente mais assentados no ensino de história, também confirmam que os temas da cultura e da história africanas e afro-brasileiras devem ser pensados de maneira inter e multidisciplinar, devendo ser discutidos em disciplinas como História, Literatura e Educação Artística, como regulamentam os dispositivos legais sobre o ensino dessa temática, mas também em outros componentes curriculares, como a Sociologia, a Geografia, a Filosofia e as disciplinas das Ciências Naturais e Exatas.

De fato, um dos desafios da execução de ações que objetivam formar profissionais no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros tem sido que, a cada ano, não apenas tem aumentado o número de interessados, mas também que cada vez são mais variadas as formações de base desses profissionais. Assim, se no início da execução dos projetos e programas, eram predominantes profissionais oriundos da História e da Pedagogia inscritos nos cursos de capacitação, esse perfil foi se tornando bem mais heterogêneo e complexo, com a presença de profissionais de todas as outras disciplinas, inclusive das áreas de Ciências Exatas e Naturais, bem como profissionais que atuam na gestão pública, nos setores da administração e nas secretarias de educação e de igualdade racial.

### **Considerações finais**

Os desafios da formação de profissionais da educação no campo dos estudos africanos e afro-brasileiros são diversos, constituindo a extensão universitária um caminho privilegiado para seu enfrentamento.

Neste texto, que se pretendeu menos conclusivo do que exploratório, ainda é importante ressaltar que, através dos projetos e programas executados, buscou-se refletir juntamente com professores e profissionais da educação e de outras áreas sobre o fato de que ao se tratar de África e da presença afro-brasileira estamos lidando, antes de tudo, com um território de disputas em torno da história e da memória da liberdade, das identidades e da cidadania, em primeiro plano, dos afrodescendentes e da população negra, e, em um segundo nível e de modo mais profundo, em torno de todos aqueles que são excluídos social e economicamente.

Desse modo, foi relevante, ao longo das formações, de um lado, questionar ideias e interpretações acadêmicas e políticas corriqueiras segundo as quais a liberdade e a independência dos subalternos foram dadas, concedidas, pelos dominantes aos subalternos, e, de outro, refletir sobre a perspectiva de que a liberdade é também conquistada pelos que estão em situação de dominação e exclusão, situação essa que não é sempre exclusiva dos povos africanos e da população negra. De fato, esta é uma história densa, tensa e complexa.

Tentou-se problematizar o fato de que, historicamente, os africanos e seus descendentes, como também o continente africano, permaneceram sendo percebidos como inferiores, apesar de terem uma posição-chave nas relações sociais e econômicas em nível global.

Também foi fundamental relacionar o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira à educação para as relações étnico-raciais, refletindo-se sobre escola, professores e racismo, questionando o senso comum segundo o qual nas escolas, todos, independentemente da cor da pele e de qualquer diacrítico, estão usufruindo das mesmas oportunidades. Aqui, buscou-se alertar para o fato de que o silêncio e a omissão comumente sustentam o preconceito e a discriminação na escola.

A história e cultura africana e afro-brasileira mostram uma variedade de experiências sociais que apontam para a abertura ao mundo, à vida, para a inclusão e não a exclusão do outro, para a solidariedade na história.